

O OUTRO APRENDIZADO POLICIAL: AMBIGÜIDADE OU SOBREDETERMINAÇÃO ENTRE RUA E ACADEMIA

José da Cruz Bispo de Miranda – UESPI – DOUTORANDO NA PUC-SP

Neste capítulo, tentaremos explicitar como se dá o contato dos policiais civis novatos com os delegados, peritos, escrivães, investigadores e bacharéis em direito (muitos destes advogados) na academia de polícia, repercutindo-se na fala dos relatos das experiências profissionais, na burocracia (na cobrança de taxas, feitura de recibos, na digitação ou datilografia dos depoimentos, nos encaminhamentos dos inquéritos e nas escolhas de advogados para presos). Nas atividades de rua, há um entendimento ambíguo, pois na medida que o ensino jurídico e técnico é valorizado, existe um ensino tácito, segundo o qual a prática determina os caminhos do policial, cuja apresentação não se dá explicitamente (apenas tacitamente) na academia.

Apesar de as relações de tensões entre novos e “velhos” policiais se situarem no distrito policial, o embrião do processo de reelaboração da representação social da polícia e do policial manifesta-se nos cursos de formação. A preocupação com o ensino técnico profissional do policial civil e de um espaço destinado a tal função data no início do século XX. O Rio de Janeiro e São Paulo instituíram suas escolas nos anos de 1912 e 1924, respectivamente. Os objetivos do ensino técnico profissional do policial são relatados no texto do “Primeiro Convênio Policial Brasileiro”, realizado em 1912, em São Paulo.

Que o Primeiro Convênio Policial Brasileiro: reunido em São Paulo, promova, junto aos chefes de polícia de todos os departamentos do país, a criação de escolas de polícia nas respectivas capitais, com amplitude e desenvolvimento relativos às necessidades de cada Estado, em particular onde se dê os agentes e inspetores de polícia e empregados encarregados de capturas e investigações, assim como aos guardas e carcereiros de penitenciárias e cadeias e funcionários outros da polícia, o ensino técnico-profissional requerido para o desempenho leal e correto das comissões que lhes foram confiados

ou de cargos que exerçam: tendo as escolas, obrigatoriamente, os seus programas de ensino calçados nos últimos conhecimentos da polícia científica moderna (Fernandes, 1965: 253).

A necessidade de instalar estabelecimentos de instrução policial é reforçada após a criação da Polícia de Carreira em São Paulo e em vários Estados brasileiros, não somente para a formação ou aperfeiçoamento dos policiais subalternos, como também dos policiais com formação jurídica das Faculdades de Direito, pois a formação era insuficiente para o desempenho de um bom policial (Fonseca, 1984). Nesse período, a base do conhecimento das escolas de polícia civil constitui-se de disciplinas nas áreas de “polícia científica” e técnica policial”.

O papel das escolas de polícia no Brasil, durante muito tempo, é formar um policial com um olhar compartimentado e classificatório, através do qual o cidadão comum, antes de tudo, é suspeito. Nesse sentido, Heloísa Fernandes (1989) destaca alguns elementos do “discurso da suspeita”, referindo-se à polícia militar, mas pode ser estendido à atividade policial como um todo. O primeiro é a *mobilidade do olhar*, podendo ser descrito como a “movimentação livre”: o policial olha a todos em qualquer lugar, não há limite para o seu olhar, embora saiba quem procurar - o suspeito. O suspeito e o lugar onde encontrá-lo são definidos anteriormente, “... *o suspeito não é aquele que faz algo, às vezes, é não fazer nada* (p.128), este é o segundo aspecto: *o olhar adestrado*. A atitude do policial deve ser acompanhada de imagens que expressem sua masculinidade: “chegar duro”, mandando calar a boca e exibindo toda estética do poder masculino. Logo *o atuar* é o terceiro elemento que compõe o “discurso da suspeita”.

O pensar e o agir do policial são condicionados pela representação social que assimila na sua experiência pessoal, no grupo do qual faz parte, na escola de polícia e no distrito policial.

Com a abertura democrática no Brasil, o poder e o abuso das polícias foram questionados, e as academias de polícia civil (antigas escolas de polícias) passaram a desempenhar o papel de (re)educação e elaboração de novos valores junto aos novos e aos antigos policiais, como diz Fábio Konder

Comparato (1996) sobre a ética na segurança pública e o papel da academia de polícia:

É preciso enxergar a ética nesse quadro amplo que é o quadro político, que é o quadro social, e em função da segurança, que não se limita, simplesmente, à esfera do crime, à prevenção contra a atividade criminosa ... implica uma mudança de mentalidades, no povo e na polícia ... e a educação, nesse caso, é um trabalho logo, fatigante, e que precisa ser cuidado, evidentemente, pela academia de polícia. Mas muito mais do que isso, através dos meios de comunicação de massa, a polícia e o povo podem e devem dialogar (p.108).

O desafio de transformar mentalidades na polícia civil encontra vários obstáculos, um deles criado pelo próprio ensino policial baseado nas antigas práticas: atitudes de desconfiança acompanhada pela hostilidade do policial em relação à população, à representação de uma sociedade como um lugar “ruim” e à expectativa de que esta está pronta a agir contra o policial. Contudo, as academias de polícia nos últimos anos têm modificado a forma de seleção dos novos policiais, a estrutura curricular e o perfil dos seus professores; além disso, os motivos que conduzem os novos ingressos para atividade policial não são apenas os fatores sócio-econômicos, a atividade tipicamente masculina (a qual reforça os elementos de violência e tortura), a noção de onipotência sobre a sociedade, mas também o objetivo de compor uma instituição democrática, não apenas legalista, mas justa, defensora dos direitos humanos e mais próxima do cidadão. É interessante observar a existência de valores ambíguos na personalidade do policial, quer novato ou antigo.

A seleção de novos policiais visa transformar a cultura policial, muitas vezes, reforçada na desinformação, no baixo grau de instrução escolar e na “ausência” e elementos inibidores da violência dos antigos policiais, contrastando com o elevado nível de informação, alto grau de formação escolar e uma vigilância (controle) cada vez maior da sociedade dos novos quadros policiais. Esses aspectos marcam os novos e velhos policiais na polícia civil, além das mudanças nos discursos daqueles sobre suas futuras atividades

profissionais. Embora a forma de pensar e agir dos “novatos” tenha influência humanista condicionada pela formação adquirida nas escolas secundárias e nas universidades, a cultura organizacional e os métodos dos antigos policiais constituem o campo policial como lugar de disputas, não apenas no distrito, mas na própria elaboração de uma política de segurança.

Os “novatos” - alunos da academia de polícia civil - são envolvidos no cenário onde os personagens são importantes, com exceção deles: os professores (geralmente delegados e peritos criminais) de postura autoritária e de pouca comunicação com os alunos definem a relação posterior entre policial e o cidadão no dia-a-dia. Os iniciantes assimilam rapidamente que sua inserção no mundo policial depende da aceitação das práticas e das normas da organização policial.

O ensino policial é baseado no conhecimento jurídico e técnico, justificando a predominância nos quadros das ACADEPOL's (Academias de Polícias) de bacharéis em direito, todavia os procedimentos de transmissão de conhecimento são precários, principalmente por parte do corpo docente, possibilitando a substituição do ensino jurídico e técnico pelo testemunho da experiência profissional, muitas vezes, carregada de violência e tortura. Mingardi (1992) relata sua experiência como aluno da Academia de Polícia Civil em São Paulo. Segundo ele, os delegados-professores “ensinam” as regras sobre quem vai para o “pau” e como aplicar a tortura. Os policiais que batem em todos os presos (os ricos, os criminosos com dinheiro, pessoas de posição social) terminam tendo problemas e sendo exonerados.

Os “novatos” percebem que a experiência policial é sobredeterminada pelo ensino jurídico e técnico, aumentando suas expectativas para o contato com o ensino jurídico e técnico, aumentando suas expectativas para o contato com a prática policial no distrito. Para muitos dos delegados-professores e policiais que estão nos distritos, a influência da academia na formação é pequena, uma vez que a prática é supervalorizada, como diz Bretas (1997a):

Se existe hoje uma preocupação acentuada em oferecer a novos policiais um treinamento mais adequado e melhor direcionado para termos com respeito aos limites legalmente estabelecidos de sua

atuação, um dos pontos mais difíceis de quebrar será certamente o outro aprendizado, que é oferecido quando o novo policial passa da escola à rua, onde as verdades da profissão são apresentadas de forma muito diversa (p. 83).

Apesar do aprendizado da sala de aula e da ampla autonomia na execução de suas funções, a prática policial é extremamente condescendente com atitudes, muitas vezes legais, porém injustas diante do indivíduo. Além disso, os policiais perdem o hábito de questionar uma ordem, o agente policial abandona com facilidade suas ações, e mesmo quando os antigos percebem uma injustiça, conformam-se, considerando-a necessária e “natural”, afinal de contas, é seu método de trabalho. Os novatos aprendem na academia que o ideal, o dever ser é algo extremamente difícil de ser conseguido e, muitas vezes, o tempo e os recursos técnicos disponíveis são incompatíveis com o desejado.

Contudo, podemos afirmar que o ensino policial, através de matérias com conteúdo jurídico, técnico, investigativo e criminalístico, desperta o interesse dos novatos. O conteúdo jurídico aflora o interesse dos alunos do curso de direito e dos que almejam as carreiras de delegados, promotores e juízes de direito. Os conteúdos de investigação e criminalística atraem os “vocacionados” para a atividade policial. A formação generalista é transmitida por disciplinas como Ética Policial e Estudos dos Problemas Brasileiros.

Atualmente, modificações na formação dos policiais civis estão sendo processadas através do Ministério de Justiça com o projeto “Treinamento para Profissionais da Área de Segurança do Cidadão” com os seguintes objetivos:

Identificação das necessidades de formação, aperfeiçoamento e especialização de pessoal das polícias federais e estaduais;

Proposta de **COMPARTIBILIZAÇÃO** dos currículos, visando permitir o princípio de equidade dos conhecimentos e a modernização do ensino policial (Brasil, 2000: 06)

Dessa maneira, procura-se transformar as dimensões do currículo, atribuindo-lhes dimensões técnicas e políticas, eixos básicos norteadores como o ético, o técnico e o legal.

O cotidiano na academia de polícia produz uma interação social dos “novatos” entre si e destes com a instituição policial, resultando uma reelaboração da representação social da polícia que antes possuíam. A polícia não é vista mais como violenta e corrupta, desloca-se para o policial, enquanto indivíduo, a responsabilidade da ação que gera a imagem negativa da corporação, ao mesmo tempo que se inclui novos agentes capazes de transformarem a conduta policial. O contexto social, a ética e o procedimento legal e técnico são norteadores dos novos agentes policiais. Enfim, as experiências vividas no espaço e no tempo da academia de polícia propiciam aos ‘novatos’, no mínimo, dois resultados:

1- A identificação dos novos policiais com a instituição policial percebida como capaz de manter a ordem pública, obedecer à lei e atender à sociedade; entretanto, esta nova identificação é construída por discursos que reivindicam a separação destes dos indivíduos incluídos nos caracteres de “suspeitos” e que, apesar de os policiais fazerem parte da sociedade, esta continua sendo a razão de suas atividades, mas na perspectiva da criminalização e penalização;

2- Apesar de os novos policiais estarem presenciando a parte teórica dos conteúdos jurídicos, criminalísticos e técnicos da atividade policial, eles são levados, tácita e explicitamente, pelos professores-policiais que o cotidiano no distrito determina a forma de suas ações, transformando o distrito policial num palco de disputas entre novas e velhas atitudes policiais, novos e velhos métodos de trabalho.

Considerando a realidade do distrito policial, podemos perceber que os policiais novatos e antigos possuem a mesma origem social e, tanto um como no outro grupo, a origem racial e que não se manifestaram com determinação para a exclusão ou inclusão de indivíduos a um dos dois grupos. A chegada de novos policiais, principalmente da academia de polícia, faz surgir entre os policiais veteranos um sentimento antes percebido diante do cidadão comum: a desconfiança, que aparece não por motivos de estranhamento, mas por saber que o novo colega é portador de conhecimentos questionadores de sua prática cotidiana, representando uma ameaça constante às ações de tortura e corrupção. A coesão dos veteranos é baseada na cultura

organizacional, na cumplicidade e na desconfiança, produzidas durante o tempo em que interagem no interior da instituição policial, ao contrário dos novatos que buscam sedimentar os conhecimentos adquiridos na academia de polícia por meio da experiência profissional, na maioria das vezes, impedidos de reforçá-los no distrito, em razão da indisponibilidade de recursos técnicos e da distribuição dos colegas entre os vários distritos e departamentos policiais, o que dificulta a coesão destes.

Além das posições entre novatos e veteranos no distrito policial não favoráveis aos primeiros, algumas noções adquiridas na academia de polícia, especialmente as idéias que sobrepujam a prática policial em relação à teoria, existe dependência dos novos policiais, ainda na aprendizagem (treinamento), diante dos policiais veteranos que utilizam o contato para desqualificar os ensinamentos, jurídico, investigatório e técnico.

É necessário observarmos que as atitudes dos policiais novatos e veteranos são influenciadas pela forma de inserção destes nos diferentes departamentos e na posição hierárquica que ocupam na organização (Bretas & Poncioni, 1999); logo o comportamento policial não é homogêneo; porém, são predominantes e contagiantes as atitudes que demonstram onipotência, virilidade e a perspicácia através do olhar treinado, práticas muito comuns nos investigadores do distrito.

Na profissão policial, como em muitas outras, existe a disputa profissional baseada na forte desconfiança e na necessidade de “... *fundar uma área de competência própria que não pode e não deve ser compartilhada com os colegas*” (ibidem: 150). É um fato mesmo entre os velhos companheiros de serviços, agravando-se com a constituição de um grupo de novatos que ameaça suas posições, seus métodos de trabalho e que elabora a representação de uma sociedade que põe em conflito os dois grupos no campo policial. Apesar disso, as fragilidades dos novos policiais aparecem frente à cultura organizacional, à força da prática policial, ao prestígio dos policiais estabelecidos (veteranos) na instituição e, muitas vezes, aos postos dominantes, não apenas no distrito, mas no campo policial onde as disputas políticas mais gerais são realizadas. Nesse contexto, trabalhamos com a seguinte hipótese: *o processo que os novatos passam é de deteriorização dos*

saberes específicos, adquiridos no processo de formação na academia de polícia, e dos valores morais e éticos.

Um dos instrumentos utilizados pelos estabelecidos para deteriorar os conhecimentos e os valores dos novos policiais é o sistema de sanções positivas e/ou negativas, funcionando para mensurar o grau de aceitação das regras estabelecidas pelos novatos. As sanções são aplicadas considerando o desenvolvimento do policial no atendimento às exigências, nem sempre oficiais. A tentativa do novato em realizar suas tarefas de acordo com os seus valores morais e éticos e com os saberes adquiridos no curso de formação é fragilizada pelos poucos adeptos à proposta de trabalho, pela aparente facilidade em executá-la no modo tradicional e pela restrição oferecida na ausência de recursos técnico-científicos no aparelho policial. Desse cenário, resulta a segregação espacial no distrito policial entre “novatos-não-enquadrados” e veteranos (não estamos fazendo distinção entre os grupos de policiais do campo ou da chefia e o grupo de plantão). Os novatos-não-enquadrados geralmente iniciam no setor do plantão; porém, não participam da contagem dos pertences dos detidos, não têm acesso às celas quando a turma da chefia visita um dos detidos, ficam fora da sala do delegado e do escrivão onde acontecem conversas importantes; enfim, sua localização, geralmente será numa zona pública no interior do distrito e, dessa forma, como diz Bretas & Poncioni (1999), (...) *ao reagir às demandas e receber sanções, o policial vai aprendendo as expectativas de seu grupo, e conformando-se à lógica* (p. 154).

Os novos ingressos percebem que não é apenas a cultura organizacional reagindo a transformações, mas que existe um peso institucional e político em conflito dentro do campo policial: os estabelecidos erguem barreiras para qualquer alternativa às suas práticas cotidianas e à sua representação de mundo social.

Na obra “*Tiras, Gansos e Trutas: o cotidiano e a reforma na polícia civil*”, Guaracy Mingardi retrata o dia-a-dia no distrito policial, desvelando as práticas tradicionais de violência e corrupção, além dos limites da reforma da polícia civil do Estado de São Paulo no Governo Franco Montoro. Interessamos, no universo descrito por Mingardi (1992), apesar de não ter sido seu objeto, as reflexões sobre o ensino na academia de polícia e a relação entre

novos e antigos policiais. Segundo Mingardi, é instituído no distrito um processo de aprendizagem, no qual os novatos deterioram os seus valores.

Trocando em miúdos, policiais antigos instruem novos policiais, e sempre dentro da norma vigente. Não há dúvida que isso ajuda a transferir para os novatos as idéias que norteiam os veteranos (p. 171).

Além disso, o transbordo do ensino da academia ajuda a quebrar a sacralidade do saberes acadêmicos, pois entre os policiais veteranos existe a crença de que “... *sem um dia sequer da Academia, o policial estar habilitado para o exercício de algumas atividades simples, que pode ser aprendido em outros locais*” (ibidem:169).

Diante dessa figuração, o que resta aos novatos? Enquadrar-se? Aliar-se ao setor do campo policial mais democrático e humanista? Exonerar-se do ofício policial? O nosso trabalho visa compreender como os valores, os interesses e a visão do mundo social dos novos policiais interagem no interior de uma cultura policial, baseada na violência e na corrupção. Os aspectos relativos ao duplo espaço da aprendizagem policial - a academia e a rua - devem ser analisados juntamente com a evolução do ensino policial.

Bibliografia

BRASIL, Ministério da Justiça - Secretaria Nacional da Segurança Pública. *Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão*. Brasília: Ministério da Justiça, 2000.

BRETAS, Marcos Luiz & **PONCIONI**, Paula. *A Cultura Policial e o Policial Civil Carioca*. In: Dulce Chaves Pandolfi... (et. al) (orgs). *Cidadania, Justiça e Violência*. São Paulo: Ed. F.G.V., 1999. P. 149-163.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: o povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro* - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social*.

COMPARATO, Fábio Konder. A Polícia e a Ética na Segurança Pública. In: Bismael B. Moraes (coord.). *O Papel da Polícia no Regime Democrático*. São Paulo: MAGEART, 1996.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Rondas à Cidade: uma coreografia do Poder. *Tempo Social. Ver Social*. USP, São Paulo, 1(2): 121-134, 2º sem. 1989.

FERNANDES, José Augusto. O Primeiro Convênio Policial Brasileiro. In: Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. III, 1965. Revista Técnico – Científica

FONSECA, Guido. Rudolph Archibald Reiss: o introdutor do Ensino Policial em São Paulo. In: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. Vol. XLII, 1984 - Revista Técnico-Científica.

_____. Da Escola à Academia de Polícia. In: *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. Vol. XXXVIII, 1º semestre de 1982 - Revista Técnico-Científica.